

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1700404 - PR (2017/0245885-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI

AGRAVANTE : RUY ORLANDO MERENIUK

ADVOGADOS : GERALDO DONI JUNIOR - PR011985
HELENA DE TOLEDO COELHO E OUTRO(S) -
PR024661
JOANNE ANNINE VENEZIA MATHIAS - PR043469

AGRAVADO : BANCO SANTANDER S/A

ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK -
PR029926
MELINA GIRARDI FACHIN - PR040856
MARCOS ALBERTO ROCHA GONÇALVES -
PR042330

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

1. "A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer." Enunciado da Súmula n. 410/STJ.

1.1. Instituição financeira que não foi intimada pessoalmente da deliberação judicial que cominou multa pelo eventual descumprimento da obrigação de retirar o nome do consumidor de cadastros de inadimplentes, o que enseja o afastamento da exigibilidade das *astreintes*.

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator